



ACÓRDÃO Nº14/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº11390/2022.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Benjamin Constant - FMPS
- 4- **Exercício:** 2021.
- 5- **Responsável:** Suzana Farias de Araújo (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 7623/2022-DIMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Benjamin Constant - FMPS. Exercício de 2021.

*Regularidade com ressalvas. Multa.
Recomendação. Ciência. Arquivamento.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Benjamin Constant – FMPS, exercício de 2021, sob responsabilidade da **Sra. Suzana Farias de Araújo**, Gestora e Ordenadora de Despesas, nos termos do art. 22, II, da Lei nº 2.423/1996, combinado com o art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM;

10.2. Aplicar Multa à Sra. Suzana Farias de Araújo, Gestora e Ordenadora do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Benjamin Constant – FMPS, exercício de 2021, no valor de 3.413,60 (três mil quatrocentos e treze reais e sessenta centavos), nos termos do art. 54, VII, da Lei n.º 2.423/96-TCE/AM, alterada pela Lei Complementar n.º 204/2020-TCE/AM, c/c o art. 308, VII, da Resolução n.º 04/2018 – TCE/AM, conforme os itens 07 e 08 da



ACÓRDÃO Nº14/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO

fundamentação do Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 (trinta) dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, sob o código “5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.3. Recomendar ao Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Benjamin Constant - FMPS, para que adote as providências para disponibilizar no Portal da Transparência do Município, as informações de interesse coletivo e geral à sociedade, conforme o art. 8º da Lei 12.527/11;

10.4. Dar ciência à Suzana Farias de Araújo acerca do teor da presente decisão

10.5. Arquivar os autos, após expirados os prazos legais.

11- Ata: 1ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 31 de Janeiro de 2023

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente- não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro Relator

FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA
Procuradora-Geral